



PARECER DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

OBJETO:

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO, GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE EXPEDIENTE, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOURE/PÁ.

Eu **JANICE PEREIRA VALENÇA**, portadora do CPF/MF nº 598.312.942-20 e RG nº 3598581, residente e domiciliada neste Município de Soure/PA. No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal, nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando orientar o Administrador Público, expedimos, a seguir, nossas considerações.

Após análise minuciosa do processo licitatório acima referendado, a Controladoria Geral do Instituto, no uso de suas atribuições, passa a opinar.

I – DA MODALIDADE ADOTADA:

A modalidade adotada no processo licitatório foi a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO prevista na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

II – DAS ANÁLISES PROCEDIMENTAIS:

O exame dos atos realizados nas fases interna e externa do processo administrativo demonstrou o que segue:

Consta nos autos a solicitações, para abertura do Processo Licitatório, bem como sua devida justificativa no termo de referência, minutas de edital e de contrato, aviso de licitação e Parecer Jurídico;

O Ordenador de Despesas Autorizou abertura do processo administrativo de Licitação;

Consta a Portaria que designa o Pregoeiro;

O Pregoeiro Autuou o processo Licitatório;

Estado do Pará
GOVERNO MUNICIPAL DE SOURE/PA
CÂMARA MUNICIPAL DE SOURE/PA
CONTROLE INTERNO



Consta o parecer Jurídico, dando ciência que foi analisada quanto as suas legalidades previstas nesta Lei;

Consta as devidas documentações das empresas participantes, proposta de preço.

IV – DO JULGAMENTO:

No que tange ao julgamento dos preços e documentos de habilitação, nenhuma anormalidade foi observada, os documentos de habilitação estão regularmente adequados às exigências da Lei. Visto posterior julgamento, que foram cumpridas todas as etapas seguintes até a análise do Controle Interno.

V – CONCLUSÃO:

Esta controladoria, em suas considerações, faz saber que, após exames detalhados dos atos procedimentais, conclui-se, que com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/1993 e demais instrumentos legais correlatados, o referido processo se encontra:

Revestido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade;

Ressalto que a opinião supra não elide e nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desta controladoria.

Declaro, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade.

Soure/PA, 21 de Agosto de 2021.

JANICE PEREIRA VALENÇA
CONTROLADORA INTERNO